

# Migrações Perigosas: As (Des)Aventuras Semânticas do Conceito de Gênero nos Projetos e Políticas para Mulheres no Brasil<sup>1</sup>

Cecilia M. B. Sardenberg  
NEIM/UFBA

## RESUMO

Neste trabalho, discuto problemas pertinentes à 'teorias viajantes', centrando-me, em particular, em algumas das consequências teóricas e políticas da migração e resignificação de "gênero" através de fronteiras, oceanos, disciplinas, e da teoria para a arena das políticas de desenvolvimento e planejamento. Argumento que embora a teoria de gênero tenha se tornado central para os estudos feministas como um instrumento analítico da construção da realidade social e sua transformação, a apropriação, às vezes distorcida, do termo "gênero" por agências nacionais e internacionais de desenvolvimento (e outras organizações da sociedade civil como um todo) tem levado à sua simplificação, sobretudo no tocante à questão das relações de poder, perdendo, assim, muito do seu sentido político para o feminismo. No caso do Brasil, como em outros países da América Latina, isso tem contribuído para o entendimento de que "fazer gênero" nem sempre é agora parte do "fazer feminismo".

*Palavras-chave:* teorias viajantes; teoria feminista; gênero e desenvolvimento; mulheres

## ABSTRACT

In this paper I discuss problems inherent to "travelling theories", focusing, in particular, on some of the political consequences of the migration and re-signification of "gender" across borders, oceans, disciplines, and from theory into the arena of development policy and planning. I argue that although gender theory has become central to feminist scholarship as an analytical tool for understanding the construction of social reality as well as in transforming it, the (mis) appropriation of the term "gender" by international and national development agencies (and other organizations of civil society at-large) has often led to its simplification, particularly insofar as the issue of power relations is concern, losing, as such, much of its political meaning for feminism. In the case of Brazil, as in other Latin American countries, this has also contributed to turning women's interests invisible once again, allowing for re-interpretations of the concept, such that "doing gender" is no always now a part of what "doing feminism" is all about.

*Key Words:* travelling theories; feminist theory; gender and development; women

---

<sup>1</sup> Este artigo, apresentado sob o título acima ao IV Seminário Trabalho e Gênero promovido pela UFG, é uma tradução, revisada e ampliada, do trabalho apresentado originalmente em inglês, sob o título "Back to Women? Translations, resignifications and myths of gender in policy and practice in Brazil", ao Seminário "Myths of Gender: Repositioning Feminisms in Gender and Development", promovido em julho de 2003 pelo Institute of Development Studies-IDS, em Brighton, Inglaterra. Posteriormente, uma outra versão foi publicada, também em inglês e sob o mesmo título, na coletânea organizada por Andrea Cornwall, Elizabeth Harrison e Ann Whitehead (2007), que teve por base os trabalhos apresentados naquele Seminário. Como sempre acontece quando a própria autora traduz seu trabalho, o resultado acaba se diferenciando. Neste, o artigo se ampliou ganhando novos contornos - daí porque esta versão em português mereceu um novo título.

## Introdução

Desde meados dos anos 1970, quando passou a ser empregado com maior regularidade por autoras inglesas e americanas em referência à construção social das identidades sexuais, gênero vem se tornando objeto de contínuas teorizações, constituindo-se, atualmente, como conceito chave nos estudos feministas. Irrupendo nesse campo de reflexão nos moldes de um novo paradigma (KUHN, 1970), ou do que Susanne Langer denominaria de *grande idée*, a problemática de gênero, ao resolver tantos problemas ao mesmo tempo, parece capaz de resolver todos, de sorte que, parafraseando Langer, "...todas as mentes ativas voltam-se, ao mesmo tempo, para explora-la. E tenta-se fazê-lo em todas as conexões e para todos os propósitos, experimentando com possíveis ampliações do seu sentido restrito através de generalizações e derivativos" (apud GEERTZ, 1973:03).

De fato, uma avaliação da produção acadêmica na área dos estudos feministas poderá constatar que o termo gênero vem sendo empregado, desde então, em vários contextos disciplinares e por representantes de diferentes e divergentes correntes de pensamento, parecendo passível a amoldar-se a múltiplos usos e a acomodar, sob o mesmo rótulo, novas e diferentes conotações. Não foi, pois, ao acaso que Miriam Grossi (1989), examinando esses diferentes usos e conotações, há mais de duas décadas, já identificava o conceito de gênero como um 'novo coração de mãe'. Um exame da produção mais recente constatará que essa tendência vem se mantendo: gênero se tornou um conceito tão 'genérico' a ponto de se aplicar a tudo e, portanto, a nada em especial, correndo assim o risco de perder, nesse processo, a sua reconhecida relevância para os estudos feministas.

Por certo, parte do problema depreende-se do processo de massificação do termo a partir da sua apropriação para além dos meios acadêmicos e científicos, em particular, nas conferências internacionais, e sua subsequente adoção por agências internacionais de cooperação e organizações voltadas para o campo do desenvolvimento. Ora, não se há de negar que isso representa uma importante vitória para os feminismos na esfera global. Trata-se de um verdadeiro avanço em que, pelo menos em teoria, gênero veio trazer maior visibilidade às relações patriarcais que subjazem ao planejamento para o desenvolvimento, já que o conceito de gênero implica consideração das forças sociais, políticas, econômicas e culturais que sublinham as formas e graus diferentes em que homens e mulheres têm controle sobre recursos e produtos e podem assim usufruir dos frutos de seus esforços. No entanto, pese a relevância da introdução dessa abordagem no campo das teorias e práticas do desenvolvimento global, a popularização do termo "gênero" nesse âmbito tem contribuído para a sua vulgarização e simplificação (CELIBERTI, 1996, p.96).

Com efeito, sabe-se que teorias ou conceitos migrantes sempre sofrem 'chacoalhadas' ou 'traduções' em suas viagens, sejam elas através de fronteiras territoriais, de tradições disciplinares ou institucionais (CLIFFORD, 1989; THAYER, 2001). Por um lado, trata-se de um processo de descrição, interpretação e disseminação de ideias e perspectivas, sempre intrinsecamente preso às relações de poder existentes entre línguas, regiões e pessoas (NIRANJANA, 1992). Por outro, ainda que essas teorias migrantes e suas traduções tenham o poder de transformar os contextos para os quais são importados, são quase sempre vítimas de desvios semânticos – se não de total resignificação – na medida em que são traduzidos para

diferentes contextos institucionais, disciplinares ou culturais (BARRETT, 1992; HILLIS MILLER, 1996; COSTA, 2000). Segundo apontou Cláudia de Lima Costa (2000, p.45), “nessas migrações as teorias encontram coações epistemológicas, institucionais e políticas, fazendo com que passem por terrenos imperfeitos, peguem desvios súbitos e encontrem armadilhas ocasionais.”

No caso dos desvios sofridos pelas abordagens de gênero e desenvolvimento como teorias migrantes, o problema se magnifica ainda mais já que, tanto o conceito de gênero, quanto o de desenvolvimento, não tem significados fixos, sendo, ao invés, “definido diferentemente por instituições de desenvolvimento, especialistas em gênero e desenvolvimento, e mulheres e homens posicionados em múltiplos locais ao redor do mundo” (RADCLIFFE et al, 2004, p.388, minha tradução). Como consequência, gênero vem se tornando um conceito ambíguo, contestado, ou mesmo usado para se fugir de um enfoque nas “mulheres” e das implicações políticas, porventura mais radicais, no sentido da erradicação das desigualdades e discriminação entre os sexos (RAZAVI; MILLER, 1995, p. 41).

De um modo geral, porém, a adoção de uma perspectiva de gênero em programas, políticas e projetos no Brasil têm encontrado grande resistência por parte dos agentes envolvidos, desde gestores/as, coordenadores/as, a técnicos/as na ponta, vez que, comumente, essa perspectiva é introduzida “de cima para baixo”, ou seja, por exigência das agências financiadoras. Tal imposição acaba por sujeitar o conceito de gênero a um grande “estica e puxa” de todas as partes, de sorte a adequá-lo às necessidades e interesses das diferentes instituições e agentes em jogo. Esse processo tem contribuído para a “domesticação” dos tons mais radicais de gênero, tornando os interesses das mulheres novamente invisíveis. E, mais importante, a consequente resignificação do conceito de gênero nesses moldes tem resultado em interpretações nas quais “fazer gênero” deixou de ser parte do que pensamos em termos do “fazer feminismo” (SARDENBERG; COSTA; PASSOS, 1999; COSTA; SARDENBERG, 1994; ALVAREZ, 1998). Não é à toa que estudiosas feministas têm clamado pelo retorno da categoria “mulheres” nas teorizações feministas, ainda que a partir de reconceituações (NICHOLSON, 2000; COSTA, 2002, 1998; PISCITELLI, 2000).

Caberia, pois, refletirmos sobre o que elas estão propondo, e considerarmos instâncias e domínios em que redefinir e re/clamar a categoria “mulheres” não seria algo apenas desejável e factível, mas também fundamental para garantir maior visibilidade para as mulheres, bem como para a relevância de uma perspectiva de gênero *feminista* nas políticas públicas e em programas de desenvolvimento.

Neste trabalho, tenho esses propósitos mais amplos em mente. Aqui, procuro refletir sobre as redefinições que têm marcado as trajetórias das teorias de gênero no Brasil, tentando identificar, em especial, os diferentes significados de gênero na sua aplicação prática no campo das políticas públicas para mulheres e de programas e projetos que se voltam para gênero e desenvolvimento. Destaco que, nesse intento, estarei me baseando na minha militância em diferentes contextos do fazer feminismo: ativista nos movimentos feministas e de mulheres, professora de teoria feminista em programas de graduação e pós-graduação, pesquisadora nos estudos sobre mulheres e relações de gênero, e consultora para assuntos de gênero em projetos e programas de desenvolvimento regional e na implementação de políticas públicas. Isso implica dizer que falo aqui como alguém situada em *posicionalidades* distintas, ou, até mesmo, conflitantes no campo dos estudos de gênero e desenvolvimento e, destarte, também

envolvida num processo de auto reflexão crítica, procurando lidar com os problemas epistemológicos e éticos enfrentados por quem se propõe a analisar uma práxis na qual se está engajada (DURHAM, 1986).

Nessa perspectiva, cabe lembrar que, apesar de suas origens comuns, a prática acadêmica feminista e o ativismo político se constituem como atividades distintas. Elas se sustentam em bases diferentes, avançam em ritmos distintos e, portanto, não são necessariamente atividades harmônicas. Embora possam se complementar, existe uma relação bastante tensa e ambivalente entre elas. Essa tensão também existe no espaço intermediário das organizações não-governamentais, as ONGs, como também em relação ao feminismo de estado, onde as teorias são traduzidas em ação (ALVAREZ, 1998). Essas tensões vem se intensificando com a construção do conceito de gênero e sua adoção como objeto teórico do feminismo acadêmico, ao mesmo tempo em que é apropriado, muitas vezes indiscriminadamente, nos projetos e programas de desenvolvimento.<sup>2</sup>

### **“Mulher” e “Gênero” na Teoria Feminista**

Foge dos limites deste trabalho retrazar todo o sinuoso caminho da construção do conceito de gênero na teoria feminista.<sup>3</sup> Tampouco é minha intenção oferecer aqui uma nova versão da “passagem” de uma perspectiva de “Mulher em Desenvolvimento” (MED ou WID, de *Women in Development*) para a de “Gênero e Desenvolvimento” (GED ou GAD, de *Gender and Development*) em planejamento e na formulação de políticas públicas. Na verdade, raro é o livro, artigo, oficina ou manual sobre Gênero e Desenvolvimento que não inclua hoje um capítulo ou seção discutindo essa “passagem”, e tomando, em geral, uma abordagem comparativa que favoreça a perspectiva GED. Por exemplo, como essa distinção é feita no Manual da Oxfam, amplamente usado em oficinas e programas de formação e capacitação em gênero no Brasil, inclusive em alguns dos quais participei:

“A abordagem MED usualmente procura integrar as mulheres ao desenvolvimento disponibilizando mais recursos para elas, em um esforço de elevar a eficiência das mulheres nos papéis que elas já desempenham. Muito frequentemente, esta abordagem tem aumentado a sobrecarga de trabalho das mulheres, reforçado as desigualdades e alargado a lacuna existente entre homens e mulheres. A abordagem GED procura basear suas intervenções na análise dos papéis e necessidades de homens e mulheres num esforço para empoderar as mulheres, de modo que melhorem sua posição com relação aos homens, beneficiando e melhorando, deste modo, a sociedade como um todo. GED é, portanto, guiado por uma motivação poderosa - trabalhar pela equidade e pelo respeito aos direitos humanos de todas as pessoas” (WILLIAMS, 1999, p.12).

Por certo, eu também endosso tal perspectiva, mas creio que as questões em jogo são muito mais complexas do que da forma geralmente apresentadas. Melhor

---

<sup>2</sup> Liz Stanley and Sue Wise (2000), por exemplo, argumentm que a ‘teoria feminista’ atualmente é muito mais ‘teoria’ do que ‘feminista.’

<sup>3</sup> Para tanto, consultar Marshall (2000) e Haraway (1991), dentre outras autoras.

dizendo, muitas das versões tendem a simplificar em demasia as diferenças entre as duas abordagens, assim como a passar por cima das questões-chaves que levaram a adoção de uma sobre a outra.<sup>4</sup> Tendem, também, a omitir os debates e considerações que subjazem à construção do conceito de gênero como objeto central dos estudos feministas. Ademais, ao oporem 'mulheres' a 'gênero', tais relatos podem levar a uma concepção distorcida de que se trata de categorias de uma mesma ordem, ou seja, que uma pode substituir a outra ou que sejam categorias mutuamente excludentes. Espero deixar claro neste trabalho que não é esse o caso, longe disso. Mas, por ora, vale apenas observar que 'gênero' refere-se a um fenômeno bem mais amplo – o da construção social do masculino e feminino – enquanto 'mulher' é uma categoria de gênero, uma construção social de gênero. Daí porque não pode haver 'oposição, exclusão ou substituição' de uma pela outra, porque 'mulher' é uma classe ou categoria *dentro* de 'gênero' (KOFES, 1993, p.29).

No entanto, tal como gênero, mulher também é um conceito escorregadio, marcado por tensões e ambiguidade nos seus significados. De um lado, o termo se refere a uma construção – a mulher como representação – enquanto, de outro, se refere a pessoas 'reais' e a uma categoria social – a de mulheres como seres históricos, sujeitos de relações sociais. Contudo, existe um grande hiato entre uma e a outra construção, escorregando-se de uma para outra, e não apenas nos usos do conceito, mas também em nosso cotidiano enquanto mulheres de carne e osso.

Teresa de Lauretis (1994, p.217-18) argumenta que como seres 'reais', nós, mulheres, estamos tanto dentro quanto fora do 'gênero', tanto dentro quanto fora da categoria 'mulher' enquanto representação. Isso implica numa contradição irreconciliável, e é precisamente nesse hiato entre as representações e construções, de um lado, e nossas vidas "reais" como criaturas sexuadas, de outro, que o feminismo tem suas raízes (CONNEL, 1995, p.86). De fato, é nesse complexo e contraditório vai e vem entre as fantasias do que Mulher significa e a opressão material das mulheres (idem, p. 76), nessa constante tensão entre um e outro, que a política feminista se embasa. Donna Haraway (1991) apreende bem esse processo na sua observação de que uma mulher feminista luta simultaneamente pelas mulheres como uma classe e pela erradicação dessa mesma classe.

Não ao acaso, a política feminista surge e cresce como uma política identitária, fundamentada em demandas *de* e *para* mulheres; por isso mesmo Linda Alcoff (1994) afirma que não poderia existir feminismo sem mulheres. Da mesma forma, como uma prática política originária dos movimentos feministas, os estudos feministas foram estabelecidos *por* e *para* mulheres, tendo como seu objetivo principal transformar a vida das mulheres a partir da produção e disseminação de um conhecimento não androcêntrico (SARDENBERG, 2002a). Embora esse exercício tenha se centrado, inicialmente, na busca das origens da subordinação das mulheres na sociedade, foi também uma meio de denunciar a exclusão das mulheres tanto como sujeitos quanto objetos da ciência, revelando que as mulheres têm sido não apenas sub-representadas, mas também representadas de forma distorcida na produção de conhecimentos no amplo espectro de diferentes disciplinas. Temos aí, portanto, as

---

<sup>4</sup> Certamente, não é esse o caso da discussão desenvolvida por Razavi e Miller (1995), tampouco na importante contribuição de Naila Kabeer (1994), trabalhos fundamentais para se entender os termos dessa passagem.

bases para o desenvolvimento do campo dos “estudos sobre mulheres” – com a antropologia das mulheres, sociologia das mulheres, história das mulheres, e por aí vai -, um exercício que tem revelado a diversidade das experiências e vivências das mulheres através da história (SARDENBERG, 2002b).

Mas essas iniciativas, para além de permitirem a necessária maior visibilidade às mulheres procurando preencher as lacunas existentes no conhecimento científico, revelaram também as consequências perversas do viés androcêntrico no pensamento ocidental, abrindo caminho para a emergência de epistemologias feministas (SARDENBERG, 2002b). Ao mesmo tempo, o conhecimento acumulado sobre a diversidade das vivências das mulheres na sociedade e na história, junto à crescente sofisticação das teorizações feministas, trouxe à mostra as limitações do próprio pensamento feminista da chamada “segunda onda”, engendrando, assim, uma mudança de terreno nos estudos feministas (PISCITELLI, 2002).

Michelle Barrett e Anne Phillips (1992) argumentam que essa mudança denota uma distância significativa entre as teorizações feministas dos anos 1970 para os de 1990. Elas ressaltam que apesar da pluralidade de abordagens – liberal, socialista, e radical e suas várias combinações e subdivisões - que bem caracterizou o feminismo até o final dos anos 1970, havia importantes pontos de concordância entre elas, mesmo que abraçando tradições nas ciências sociais e humanas bastante diferentes, senão irreconciliáveis.

Sem dúvida, existiam diferenças agudas nos projetos políticos desses diferentes feminismos. Consonante com suas perspectivas teóricas de que as desigualdades de gênero podem ser eliminadas com a mudança de mentalidades, as feministas liberais se dedicaram ao combate à discriminação a partir da educação e reformas legislativas, enquanto feministas socialistas e radicais se voltaram para a necessidade de profundas mudanças estruturais se operarem no combate à opressão contra as mulheres. Mas socialistas e radicais também discordavam profundamente: que estrutura (ou subestrutura) seria a mais determinante no caso da opressão das mulheres, produção ou reprodução? E quem se beneficiaria mais com essa opressão, capitalistas ou todos os homens?

No entanto, havia consenso no tocante às questões postas, consenso esse que se romperia nos anos 1980. Um fator significativo para essa ruptura foi a crítica de feministas não brancas aos pressupostos racistas e etnocêntricos dos feminismos hegemônicos (Branco, Ocidental). As distintas experiências de gênero, os diferentes desejos, interesses e necessidades que as desigualdades produzidas por intersecções de gênero, raça, classe, idade, orientação sexual, bem como de diferentes etnias e nacionalidades, dentre outros marcadores sociais, demandavam novas teorizações, bem como uma redefinição do feminismo enquanto projeto político. Isso contribuiu também para a formulação de uma nova problemática de gênero como objeto das análises feministas (SCOTT, 1988; FLAX, 1990).

Para Michele Barrett e Ann Phillips, um outro elemento que contribuiu para a ruptura do consenso antes existente, estava no crescente mal estar provocado pela insistência em se distinguir ‘sexo’ (como um dado biológico) de ‘gênero’ (como um construto cultural e psicológico), ou seja, pelos problemas teóricos intrínsecos às tentativas de traçar divisórias rígidas entre biologia e construções sociais (a começar, diga-se de passagem, pelo fato da própria biologia também ser uma construção social!). Para as referidas autoras, se por um lado, a diferença sexual era vista como

mais intransigente, por outro, era tida de forma mais positiva – como acontece nas eulogias da diferença de veio ecofeminista, um contramovimento à noção de gênero. Mas essas abordagens contrastavam abertamente com novas abordagens nos estudos feministas, surgidas da “apropriação e desenvolvimento por feministas de ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas” (BARRETT; PHILLIPS, 1992, p.5), um processo que, podemos acrescentar, dependeu fundamentalmente da formulação feminista de noções de gênero, engendrando “desestabilizações” no interior do próprio pensamento feminista (BENHABIB et al., 1995).

Para Joan Scott (1998, p.41), a mudança paradigmática de um terreno para o outro, de ‘mulheres’ para ‘gênero’ surgiu “em um momento de grande turbilhão epistemológico”, quando todos esses elementos agindo combinadamente colocaram o conceito de gênero no centro das teorizações feministas. Com gênero, os feminismos (como pensamento ou prática política) finalmente se apropriaram de um instrumento poderoso para desnaturalizar as desigualdades sociais com base em diferenças sexuais percebidas. A perspectiva de gênero não apenas “ressaltava o caráter relacional das definições normativas de feminilidade” (SCOTT, 1988, p. 29), como também oferecia os meios para se desconstruir “a mulher” e “o homem”, caracterizando-os como categorias essencialistas; permitia, assim, que mulheres e homens fossem reapresentados, tanto como categorias de gênero, quanto qual seres históricos, imersos em relações sociais historicamente determinadas.

Mas, por certo, gênero é apenas um dos elementos componentes dessas relações, que, como os demais, atravessa todos os planos e outros marcadores sociais – tais como, classe, raça, etnia, idade, e orientação sexual, por exemplo – que se interseccionam produzindo identidades sociais distintas, forjadas em posicionalidades distintas, desse entrecruzar (SARDENBERG, 2012). Destarte, a perspectiva de gênero torna possível reconciliar singularidade e universalidade, dando sentido à concretude de homens e mulheres através da história e em diferentes sociedades.

Ao mesmo tempo, ‘gênero’ também se mostra como um instrumento importante na e análise do impacto das ideologias na estruturação, tanto do mundo social quanto intelectual, para muito além dos corpos de homens e mulheres (FLAX, 1990). Trata-se de um elemento central na constituição do ‘self’, do sentido de existência de uma pessoa, operando, ainda, como um princípio classificatório de ordenamento do universo. É, pois, também uma categoria de pensamento e de construção do conhecimento, o que implica dizer que “conceitos tradicionais da epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos”, de sorte a permitirem análises dos “efeitos de gênero no e sobre o conhecimento” (FLAX, 1990, p.). Eis onde se fundamentam as bases para a construção das epistemologias feministas e para uma crítica feminista da ciência (SARDENBERG, 2002b). Não causa assim surpresa constatar que a formulação de uma nova problemática centrada em gênero como objeto de análise – e de desconstrução – no pensamento feminista fosse, em tempo, deslocar os termos dos debates que carregaram os feminismos nos anos 1970. Tudo isso explica o porquê de gênero ter sido abraçado com grande entusiasmo por estudiosas femininas: elas viram (e nós continuamos a assim ver) em gênero um avanço teórico de grande potencial, abrindo espaço para teorizações – e ações políticas – mas amplas e profundas.

Entretanto, é bom ressaltar: a ampla disseminação e apropriação do termo gênero não implica necessariamente um entendimento e usos em comum do conceito

atrás do termo. Ao contrário, em muitas instâncias, 'gênero' vem sendo usado meramente para substituir 'mulheres', tido como algo *passée*, ou pior, identificado como muito próximo ao feminismo – isto é, politicamente carregado e, portanto, não suficientemente 'científico'. A expressão “estudos de gênero” carrega uma conotação mais ascética, menos contaminada (mais 'objetiva'?) do que estudos sobre mulheres ou estudos feministas, a mudança de termos tornando mais fácil para algumas conquistar espaços dentro dos cânones acadêmicos ao invés de questioná-los. De fato, o uso do termo 'gênero' no lugar de 'mulheres' (ou feminismo) propicia maior status para a pesquisadora, na medida em que era (e continua sendo) identificado com maior sofisticação teórica, permitindo uma fuga do gueto dos estudos sobre mulheres (COSTA; SARDENBERG, 1994; HEILBORN, 1992).

Mais recentemente, contudo, em particular desde sua adoção nas conferências internacionais da ONU e por agências de cooperação, gênero caiu no uso comum. E o simples fato de que o termo é agora usado por feministas de diferentes correntes deve servir de alarme para todas nós quanto a sua natureza escorregadia.

### **Traduções e usos dúbios de gênero no Brasil**

É sempre bom lembrar que, originalmente, o termo 'gênero' foi apropriado por feministas anglo-fônicas em oposição ao termo 'sexo' (e não necessariamente a 'mulheres'), como uma forma de combater o determinismo biológico. Mas essa distinção não foi uma criação totalmente feminista. Na verdade, de acordo com Nellie Oudshoorn (1994), o termo 'gênero' vem sendo usado na psicologia desde a década de 1930, quando era utilizado para distinguir características sexuais psicológicas das fisiológicas. Foi Roberto Stoller (também psicólogo) que, em seu livro *Sex and Gender*, publicado em 1968, passou a utilizar a distinção sexo/gênero como uma distinção entre o biológico e o social. Essa mesma distinção foi feita por Anne Oakley em *Sex, Gender and Society* (1972), provavelmente a primeira publicação feminista a utilizar gênero como instrumento de combate ao determinismo biológico. Tal qual na sua clássica definição: “Sex” is a word that refers to the biological differences between male and female: the visible difference in genitalia, the related difference in procreative function. “Gender” however is a matter of culture: it refers to the social classification into “masculine” and “feminine” (OAKLEY, 1972, p. 16).

Como Donna Haraway (1991) bem aponta, enquanto nos países anglo-fônicos o termo gênero vem de há muito sendo incluído em dicionários, implicando uma conotação de diferença sexual, isso não é verdade para a maior parte dos demais idiomas. De fato, 'gênero' não é traduzido facilmente. Nas línguas neolatinas, por exemplo, o termo tem muitos significados diferentes, nenhum deles com a mesma conotação encontrada em inglês, o que cria muita confusão no seu uso. Diz bem Martha Lamas (1996, p. 328) quando escreve:

“Decir en inglés ‘vamos a estudiar El género’ lleva implícito que se trata de una cuestión relativa a los sexos; plantear lo mismo, en castellano, resulta críptico para los no iniciados: ¿se trata de estudiar qué género, un estilo literario, un género musical, o una tela? En castellano La connotación de género como cuestión relativa a La construcción de lo masculino y lo femenino solo se comprender en función del género gramatical, pero solo las personas que ya están en antecedentes del debate teórico al respecto lo comprenden como relación entre los sexos, o como simbolización o construcción cultural.”

Por certo, não causa, pois, surpresa constatar que as feministas francesas não tenham incorporado o termo gênero ('genre'), tampouco a expressão *relações de gênero*, até recentemente, preferindo utilizar, ao invés, *rapport social des sexes* (relações sociais de sexo). Na verdade, essa preferência tem se baseado, em grande parte, na noção de que *sexo* não pode se referir somente ao âmbito biológico, vez que é sempre um objeto de elaborações sociais (FERRAND, 1988; SAFFIOTI, 1992). No entanto, pode-se concluir que os múltiplos significados do termo *genre* devem ter contribuído sobremaneira para essa relutância da parte das feministas francesas em adotar *gênero*.

Embora igualmente caracterizado pelas ambiguidades de seus múltiplos e diversos significados também em Português, o termo *gênero* teve uma aceitação mais imediata e maior no Brasil do que na França. Aliás, já estava em uso corrente entre nós em meados dos anos 1980, figurando em trabalhos acadêmicos e cartilhas de ONGs.<sup>5</sup> Um bom indicador desse processo está nos nomes dos núcleos e centros de estudos feministas criados nas universidades brasileiras no país no período. Enquanto até 1985 esses órgãos eram nomeados como *núcleos de estudos da mulher*, os termos *gênero* ou *relações de gênero* começaram a figurar no nome de quase todos os referidos órgãos criados a partir de então (COSTA; SARDENBERG, 1994).<sup>6</sup>

Cabe observar que, tal como tem se verificado em vários países, também no Brasil o surgimento do campo de estudos sobre mulheres esteve inicialmente ligado à emergência dos movimentos feministas e de mulheres. Muitas das mulheres ativas no movimento e em grupos de reflexão e ação feministas eram, precisamente, as mesmas mulheres que formavam os grupos e núcleos de estudos sobre mulheres nas universidades e que levaram adiante um projeto de ensino, pesquisa e de teorizações feministas em nosso meio.<sup>7</sup> Isso explica porque esses nossos primeiros esforços acadêmicos, não apenas se centravam nos estudos sobre mulheres, como também se caracterizavam pelo uso de um discurso militante, ativista.

Sabe-se que, apesar da publicação de trabalhos de cunho feminista importantes ainda nos anos 1960 (SAFFIOTI, 1967, por exemplo),<sup>8</sup> a chamada "segunda onda" do feminismo - aquela emergente na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 1960 - só teve espaço para surgir no Brasil em meados dos anos 1970, contida que foi pelo regime militar repressor instalado no país com o golpe militar de 1964 (SARDENBERG, 2004; SARDENBERG; COSTA, 1993).<sup>9</sup> Isso contribuiu para que os estudos sobre mulheres no Brasil só comesçassem a ganhar espaço entre nós justamente no momento em que, no exterior, surgiam as teorizações e 'estudos de gênero'.

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, os trabalhos de Elizabeth Souza-Lobo (1991), muitos deles datados dos anos 1980.

<sup>6</sup> Criado em 1983, nosso grupo, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, o NEIM da Universidade Federal da Bahia, não tinha *gênero* nome, enquanto o núcleo semelhante criado na Universidade de São Paulo, em 1986, foi chamado de Núcleo de Estudos sobre Mulheres e Estudos de Gênero (NEMGE).

<sup>7</sup> Esse foi o caso do NEIM/UFBA: muitas de nós, que integramos o núcleo de criação (eu, inclusive), viemos do Grupo Feminista Brasil Mulher um grupo feminista autônomo atuante na Bahia.

<sup>8</sup> Um dos importantes marcadores da institucionalização do campo de estudos sobre mulheres no Brasil foi a criação, em 1978, de dois grupos de trabalho - Mulher e Trabalho e Mulher e Política - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (COSTA; SARDENBERG, 1994).

<sup>9</sup> Note-se que foi só a partir dos anos 1970 que a participação das mulheres brasileiras na força de trabalho começou a crescer com ritmo mais acelerado.

Uma das consequências mais imediatas foi a tendência a se utilizar o termo gênero (uma novidade) no lugar de “mulher/mulheres”, sem a necessária mudança epistemológica/teórica de uma problemática para a outra. Analisando os trabalhos produzidos sobre gênero na época, por exemplo, Maria Luiza Heilborn afirmou que do estudo de mulheres em todos os lugares e dos mais diferentes ângulos, todo mundo estava então mudando para gênero:

Do sexo passou-se a gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter como imbricada a um sistema relacional, ou de que, se mantém algum vínculo com a base anatômica, sua principal utilidade está em apontar e explorar a dimensão social que, em última instância, é o que importa quando se faz Antropologia. (HEILBORN, 1992, p.: 94)

De fato, a presença do termo *gênero* não garantiu então, nem garante agora, que o conceito de gênero ‘original’ tenha se mantido por detrás do rótulo “gênero” (BAHOVEC; HEMMINGS, 2004).

Suely Kofes (1993) argumentou que ‘gênero’ é uma categoria analítica, enquanto mulher é uma categoria empírica, uma categoria de gênero, o que implica a relevância teórica de se usar as duas. Esse parece ser o ponto de convergência do pensamento feminista no Brasil (PRÁ; CARVALHO, 2004). No entanto, entre estudiosas feministas brasileiras, há discórdia quanto ao uso de gênero como uma categoria analítica ou como categoria histórica, ou se ambas se aplicam, como proposto por Heleieth Saffioti (1992). Enquanto gênero, como categoria analítica se refere a um modo de se referir à organização social das relações entre homens e mulheres, como categoria histórica, gênero pode ser entendido como uma força histórica, gerada na convergência de determinados processos sociais e, portanto, algo transitório, que se transforma na história. Nesse sentido, para Saffioti não existe também contradição no uso de gênero ao lado do conceito de patriarcado, podendo-se pensar este último como um tipo de organização social de gênero, ou seja, uma ordem patriarcal de gênero. Em suas próprias palavras:

“O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero”. (SAFFIOTI, 2008, p.167).

Por certo, há discórdia em relação a tal uso de gênero ao lado de patriarcado (ver, por exemplo, MACHADO, 2009). De fato, para além de um consenso bem elástico de que gênero se refere ao fenômeno da construção social do masculino e feminino, há pouca concordância quanto ao conceito por detrás do termo “gênero”. Fazendo uma leitura da bibliografia pertinente no início dos anos 1990, Claudia de Lima Costa (1994), observou que havia, então, pelo menos cinco conceituações diferentes, ou maneiras diferentes em que gênero era utilizado:

- gênero como uma *variável binária*, em que a diferença sexual é considerada como determinante na construção da Mulher e do Homem, e, portanto, elas se tornam estáticas, se tornam categorias a-históricas (COSTA, 1994, p.:144-147);

- gênero como *papéis dicotomizados*, uma abordagem que enfatiza as divisões sexuais e a imposição de papéis masculinos e femininos, mas não lida muito com quais os processos que subjazem o surgimento desses papéis, tampouco sobre as relações de poder entre os sexos (COSTA, 1994, p.:147-150);
- gênero como uma *variável psicológica*, que enfatiza a identidade de gênero em termos de graus de masculinidade e feminilidade, mas não como categorias relacionais (COSTA, 1994, p.:150-153);
- gênero como uma *tradução de sistemas culturais*, em que homens e mulheres são vistos como existindo em mundos separados, enfatizando-se as diferenças criadas pelos processos de socialização diferenciada (COSTA, 1994, p.:153-158);
- gênero como uma *categoria relacional*, rompendo com o dualismo implícito em se conceituar gênero como um sistema de relações sociais, optando, ao invés, por noções mais dinâmicas e historicamente situadas de masculinidade e feminilidade com ênfase em relações de poder (COSTA, 1994, p.158-162).

Note-se que, no Brasil, essa última maneira de trabalhar com gênero é a que tem ganhado maior aceitação entre feministas acadêmicas e ativistas, sendo também a abordagem de gênero que feministas trabalham na esfera governamental ou no plano de gênero e desenvolvimento tinham em mente quando argumentaram em favor da mudança de WID para GAD (Razavi and Miller 1995).

### **Gênero em projetos e políticas públicas no Brasil**

Embora o discurso sobre gênero e desenvolvimento ainda encontre pouca receptividade ou uma audiência mais ampla no Brasil, a perspectiva de gênero e desenvolvimento vem sendo adotada no campo das políticas públicas e do planejamento. Novos espaços “mais sensíveis à prática da cidadania” (VALENTE, 2003, p.1) vem se abrindo em anos recentes, incluindo-se a criação de arenas específicas para a participação e o controle de programas para mulheres e de equidade de gênero no aparato estatal (PRÁ: CARVALHO, 2004).

Note-se, porém, que, no caso do Brasil, a disseminação dos usos do gênero para além da academia no Brasil, não tem partido diretamente da academia.<sup>10</sup> Essa tarefa vem sendo desempenhada mais ativamente por feministas ativas nas organizações não governamentais surgidas que cresceram no país a partir dos anos 1980 (ALVAREZ, 2004). Por exemplo, a primeira tradução do amplamente citado texto do artigo “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica”, Joan Scott (1988) foi elaborada pelo SOS Corpo e Cidadania, de Recife, para uso no treinamento da sua equipe, sendo posteriormente difundida pelo país – inclusive nos Núcleos de Estudos sobre mulheres e gênero nas universidades –, e transformada em cartilha para o trabalho da ONGs com mulheres de camadas populares (CAMURÇA; GOUVEIA, 1995; THAYER, 2001). Foi assim que essas cartilhas também chegaram às mãos de mulheres rurais do sertão nordestino, que surpreenderam Millie Thayer (2001) quando por lá esteve nos anos 1990, desenvolvendo seu trabalho de campo. Em pouco tempo, outras ONGs já haviam também lido o texto e discutiam gênero, mesmo antes da IV

---

<sup>10</sup> In fact, within the last decade, the gap between academic production and that of other feminists seems to have widened (Sardenberg 2002a).

Conferência Internacional da Mulher, realizada em Bejing, China em 1995, ter adotado a perspectiva de gênero na sua Plataforma de Ação. Mas isso certamente não implica dizer que a prática tem seguido o discurso de gênero. Ou seja, embora o conceito de gênero venha ganhando grande aceitação, é sempre necessário verificar qual o significado em uso por detrás do rótulo. Como bem nos alerta Daniel Simião (2002, p.81):

“Para o bem ou para mal, todos têm alguma noção do que se trata ao falar em gênero e desenvolvimento. Por um lado, isso significa que o termo tem se popularizado no campo e vem sendo bem aceito. Por outro, traz um grande risco de mal-entendidos, isso porque tantos são os sentidos dados ao termo *gênero* quanto os interlocutores que o utilizam. Talvez um bom exercício não seja tanto o de buscar *uma* definição precisa do conceito de gênero, mas ter consciência sobre suas diferentes definições e utilizações”.

No Brasil, a perspectiva de Gênero e Desenvolvimento é uma perspectiva relativamente ‘nova’, que representa um desafio aos modelos dominantes de desenvolvimento e formas de intervenção. Essa perspectiva lida com questões controversas, particularmente quando se volta para a transformação das relações de gênero vigentes e o empoderamento de mulheres. Destarte, GAD geralmente encontra resistência, particularmente da parte de planejadores e técnicos. Na verdade, o desafio imposto pela abordagem de gênero é, de fato, muito maior do que o colocado nos projetos de Mulher e Desenvolvimento, que atendiam fundamentalmente às *necessidades práticas de gênero* das mulheres (MOLYNEUX, ), ou seja, às necessidades relativas à carga de trabalho e responsabilidades femininas. E não por acaso, pois no contexto do planejamento e execução de projetos, é muito mais fácil identificar e atender a essas necessidades – como por exemplo, criar creches, oferecer suprimento de água limpa nas proximidades da casa, etc.,-- bem como reconhecer a sua legitimidade. Incluem-se aí também as intervenções no sentido de organizar as mulheres e promover a sua autoestima. Por certo, reconhecer a legitimidade dessas demandas e atendê-las não implica necessariamente numa mudança radical de mentalidades, nem se apresenta como uma ameaça às estruturas de poder e padrões de comportamento vigentes, inclusive no que diz respeito à estrutura organizacional dos órgãos e agências envolvidas nas ações do projeto.

Em contraste, a abordagem de Gênero e Desenvolvimento implica no atendimento não apenas das necessidades práticas das mulheres, mas sobretudo para seus *interesses estratégicos de gênero*, que estão relacionadas à **posição** relativa das mulheres na sociedade, podendo incluir: “...acesso igual ao poder de decisão, redução ou finalização da discriminação institucionalizada no trabalho, direito à propriedade da terra e à educação, medidas para erradicar a violência masculina contra as mulheres e a divisão da responsabilidade com homens nos cuidados com as crianças.(WILLIAMS et alii,p.15).” Atendê-las, portanto, é questionar e ir de encontro aos privilégios masculinos existentes.

Por outro lado, a abordagem de Gênero e Desenvolvimento implica, ainda, numa mudança nos critérios de prioridades de projetos, questionando a divisão entre os componentes ditos ‘técnicos’ e ‘sociais’, impondo-se, outrossim, como uma problemática transversal e, portanto, abrangente, difícil de ser entendida, legitimada e trabalhada. É, de fato, uma perspectiva que, além de nova e controversa, exige muito mais tempo, compromisso e dedicação que as anteriores. Daí porque um dos

principais obstáculos na implementação de uma abordagem de gênero em programas e projetos de desenvolvimento, principalmente aqueles voltados para zona rural, tem sido identificada como 'resistência organizacional'. Com isso, não se quer dizer que órgãos e agências envolvidas no planejamento e execução desses projetos sejam fundamentalmente 'discriminadoras', nem que os agentes de desenvolvimento tenham sempre atitudes sexistas. É claro que sempre há exceções, mas de uma forma geral, o pessoal envolvido nesses órgãos e agências destaca-se quase sempre por sua grande dedicação e compromisso com causas sociais, mesmo quando envolvidos mais diretamente nos aspectos ditos 'técnicos' dos projetos. Sabe-se, porém, que promover mudanças profundas como objetiva a abordagem de 'gênero e desenvolvimento' requer muito mais do que apenas 'boas intenções'. Ela exige a formação de pessoal não apenas comprometido, mas também habilitado na análise e planejamento de gênero, formação esta que não é algo que pode ser alcançado a curto prazo.

Por outro lado, a divisão sexual do trabalho (e de prioridades), a distribuição desigual do poder e acesso a recursos, as ideologias e relações de gênero, se manifestam em todos os níveis e em toda a sociedade e, portanto, também nas agências e órgãos envolvidos em projetos de desenvolvimento. Dentre um dos aspectos desse fenômeno, está a presença numérica majoritária de homens nessas agências, sobretudo naquelas que se dedicam ao desenvolvimento rural. Isso resulta da combinação de dois fatores, que se alimentam mutuamente. De um lado, está a tendência em se dar maior ênfase e prioridade aos aspectos ditos 'técnicos' do projeto (desenvolvimento e repasse de novas técnicas agrícolas, construção de barragens e sistemas de irrigação, etc), tendência esta que tem a ver não só com a própria maior valorização e prioridade que as sociedades modernas dão a tudo que diz respeito à ciência e tecnologia, em prejuízo das questões ditas sociais, mas também com interesses políticos: por certo, aumento na produção, grandes barragens, grandes projetos de irrigação etc., são produtos de ações de intervenção muito mais visíveis e mais fáceis de serem implementados e mensurados, do que melhorias no campo social. De outro lado, reside o fato de que, devido às ideologias de gênero que respaldam a divisão do trabalho e, mais precisamente, ao fato de que na nossa sociedade, questões técnicas e científicas (bem como as políticas) são identificadas com a esfera masculina, enquanto as sociais (e culturais) são tidas como mais da alçada feminina, engenheiros civis, agrônomos, economistas e técnicos agrícolas são majoritariamente homens, ao passo que assistentes sociais são geralmente mulheres. Dessa maneira, estabelece-se uma divisão hierárquica de gênero na estrutura organizacional e de prioridades dos projetos, que é difícil de ser desmontada. Mesmo porque, a presença de mulheres nos níveis mais elevados da estrutura de poder não garante, por si só, que não haja resistência organizacional ao enfoque de gênero.

Por certo, tudo isso contribui, direta ou indiretamente, para distorções no emprego do enfoque de gênero. Mesmo porque, toda vez que um determinado quadro teórico-metodológico é transplantado para o nível das práticas sociais, deslizamentos semânticos são inevitáveis. Isso se dá, principalmente, na tentativa de operacionalizar conceitos complexos, como o de gênero, para o 'consumo' fora do discurso científico-acadêmico. Geralmente, nessa operacionalização ou tradução, a tendência é simplificar ao máximo, correndo-se aí o risco de distorcer o significado que lhe foi originalmente atribuído. Vale ressaltar que, como sugere Daniel Simião, o que ocorre não é necessariamente uma distorção proposital, mas o fato de que: "Diferentes

trajetórias e inserções institucionais condicionam a forma como se pode traduzir o conceito de gênero” (SIMIÃO, 2002, p.84). Ou seja, conforme o mesmo autor explica adiante, o uso específico do conceito, depende do “tipo de ação que se está desenvolvendo e da prática específica de cada ONG” (Simião2002 p.86). Tratam-se, portanto, de “traduções instrumentais” (p.85).

Vejam, a seguir, algumas dessas ‘traduções’ e ‘re-significações’:

a) *Gênero como homem e mulher: ‘família feliz’*

Devo confessar que embora eu defenda a chamada ‘abordagem relacional’ para se pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, e tenha consistentemente criticado as posturas que simplificam a questão caindo no discurso “sexo tem a ver com biologia, gênero com cultura”, tanto em textos (por exemplo, SARDENBERG, 2002a), quanto em minhas aulas de Teorias Feministas na Universidade Federal da Bahia, me pego muitas vezes caindo nessas simplificações quando estou coordenando seminários de sensibilização para gênero, sobretudo quando as pessoas participando não estão familiarizadas com abstrações teóricas mais sofisticadas. Nessas circunstâncias, eu geralmente divido as participantes em quatro grupos, um discutindo “por que é bom ser homem”, outro “por que é ruim ser homem”, um terceiro trabalhando com “por que é bom ser mulher”, e o quarto “por que é ruim ser mulher”. A proposta é que cada grupo apresente pelos menos três motivos referentes às perguntas para socialização com os demais grupos, o que nos permite ir mostrando como, à exceção das funções procriativas específicas de machos e fêmeas, todo resto está inscrito nas construções sociais do masculino e feminino, e nos processos de socialização correspondentes, distinguindo-se daí o que é gênero. Essa é uma das metodologias usadas em muitas oficinas de sensibilização, razão pela qual sei que não estou sozinha nesse curso de ação; tal abordagem, na prática, parece ser a mais comumente adotada por ONGs, no Brasil (SIMIÃO, 2002).

Contudo, com ela, corre-se o risco de se passar aos participantes dessas oficinas uma noção de ‘papéis de gênero’, numa perspectiva de complementariedade, ao invés de uma noção de relações de gênero enquanto relações de poder, o que seria fundamental para a discussão de empoderamento de mulheres. Quase sempre, porém, cai-se justamente no modelo de “família feliz” que a sensibilização de gênero deveria procurar problematizar. Para tanto, contribuem também muitos manuais e “Kits” para sensibilização para gênero em uso nessas oficinas, que insistem em passar as noções de que “sexo não é igual à gênero”, “gênero não é igual à mulher”, “gênero tem a ver com homem e mulher”, e outras dessa ordem, deixando quase sempre de fora a questão do poder de fora, e forjando, assim, uma noção conservadora de gênero.

Esse tipo de simplificação do enfoque de gênero pode se apresentar como obstáculo, pois, ao enfatizar que trabalhar com gênero significa trabalhar tanto com homens quanto com mulheres, impede o desenvolvimento de projetos de reparação para mulheres, tal qual implícito no conceito de ações afirmativas. Esse foi o caso de um dos coordenadores de um projeto no qual trabalhei como parte de uma equipe que prestava consultoria em questões de gênero. Depois de participar de uma oficina de sensibilização promovida pelo FIDA, agência financiadora do projeto, na qual as referidas noções foram passadas e repassadas várias vezes, esse coordenador começou a se opor à criação de grupos produtivos para mulheres, argumentando que

uma vez que “gênero tinha a ver com homens e mulheres”, não poderíamos criar grupos só para mulheres. Infelizmente, ele não tinha olhos para as relações de poder desiguais entre os sexos, permanecendo cego para o caráter relacional de gênero durante toda minha passagem pelo projeto (SARDENBERG et al, 1999).

Na prática, esse uso de gênero pode se apresentar como uma resistência a reconhecer as desigualdades existentes entre os sexos, e assim, a se trabalhar no sentido de empoderar as mulher para que elas possam participar das ações em pé de igualdade com os homens. Tal resistência reside em grande parte numa simplificação do conceito, pois a perspectiva de gênero e desenvolvimento implica em trabalhar não simplesmente com homens e mulheres, mas sim com as relações sociais – e, portanto, de poder - entre eles.

#### *b. Gênero como ‘Mulher’*

É interessante observar que a Diretora do mesmo projeto aludido acima caía no outro extremo. Ou seja, para ela, trabalhar com um enfoque de gênero significava trabalhar com mulheres – só com mulheres – mais especificamente criando programas de geração de renda para elas, o que, no seu entendimento, criaria, automaticamente, condições para o empoderamento das participantes. Ela manteve essa postura durante todo o período em que estive no projeto, nunca encontrando tempo para participar das oficinas de sensibilização e capacitação para gênero que oferecíamos. Assim, durante a realização de um evento no qual também estava presente o Diretor Geral do órgão responsável pelo projeto, os dois foram ouvidos trocando essas pérolas de desrespeito às mulheres:

Diretor Geral: “Que negócio é esse de gênero? Tão falando de *gênero alimentício*?”

Diretora do Projeto: “Não, esse gênero é coisa de mulher”

Diretor Geral: “O que?”

Diretora do Projeto: “Gênero é como mulher.”

Diretor Geral: “Então é isso mesmo, *gênero alimentício*.”

Em um outro projeto, também de desenvolvimento rural que tive oportunidade de trabalhar na Bahia, o Diretor nos disse para não falar de gênero: para que complicar as coisas se tudo era coisa de mulher? Pode-se, pois, entender por que ele ficou pasmo quando lhe dissemos que estávamos organizando seminários específicos para os homens! Mas não apenas diretores de projetos de desenvolvimento rural têm essa visão distorcida de gênero. Até mesmo na comunidade acadêmica é comum se encontrar professores e pesquisadores, que têm essa noção, ou ainda pior: que entendem a perspectiva de gênero como um ‘truque’ feminista para tornar os estudos sobre mulheres mais respeitáveis, conforme me acusou um colega. É claro que não se há de esquecer que gênero, como objeto dos estudos feministas, é, de fato, uma criação feminista. Tampouco se pode negar que gênero foi originalmente utilizado por algumas feministas para legitimar os estudos sobre mulheres, dissociando-os da política feminista (SCOTT, 1988). Mas é lamentável se constatar que, no mundo de projetos de desenvolvimento na América Latina, esse entendimento parece já estar bastante avançado. De fato, “fazer gênero” tende agora a ser entendido como algo diferente do que trata o “fazer feminismo” (SARDENBERG et al. 1999; ALVAREZ, 2004).

### c. *Fazer Gênero vs. Fazer Feminismo*

A mudança de WID para GAD e, portanto, da incorporação da perspectiva de gênero em programas e projetos de desenvolvimento e em políticas públicas, resultou do reconhecimento de que é preciso lidar com as estruturas responsáveis pela subordinação das mulheres para transformar as relações de poder entre os sexos. Isso representa um desafio, não apenas para os modelos dominantes de desenvolvimento e intervenção, como também aos valores culturais referentes às relações em questão. Não é, pois, ao acaso que a abordagem de GED tem encontrado muita resistência, o que gera tentativas de redefini-la, sobretudo no que diz respeito à 'livrá-la' dos seus aspectos mais políticos. Assim, em muitas instâncias, a abordagem de gênero têm se traduzido em trabalhar apenas nas chamadas "necessidades práticas" de gênero das mulheres, por exemplo, em projetos de geração de renda ou de 'autonomia econômica', sem maiores esforços no sentido do seu empoderamento. Quando se tenta intervir mais diretamente nessa direção, observa-se, muitas vezes, uma tendência a desqualificar tais ações como 'militância feminista' e não trabalho de gênero. Isso é geralmente o que acontece quando, por exemplo, se trata do enfrentamento à violência masculina contra as mulheres.

De fato, esta tem sido minha experiência trabalhando em diferentes projetos na Bahia. Enquanto nos voltamos para ações que têm por objetivo oferecer às mulheres capacitação para o desenvolvimento de atividades de geração de renda, ou passar-lhes conhecimentos sobre seus direitos constitucionais, ou até mesmo elevar a sua autoestima, como, por exemplo, facilitando sua conscientização sobre a importância da contribuição de suas atividades domésticas para o bem da família, temos o apoio da direção e técnicos do projeto, pois estamos 'fazendo gênero'. Contudo, quando nos voltamos para questões mais diretamente centradas nas relações de gênero enquanto relações de poder, principalmente no tocante ao combate à violência doméstica, então estamos ameaçando à família, somos 'radicais', estamos 'fazendo feminismo.' Esta foi a razão pela qual dispensaram a equipe do NEIM/UFBA, da qual faço parte, da execução de um programa de assessoria de gênero que elaboramos para um grande projeto de desenvolvimento rural do Estado da Bahia, com financiamento do FIDA: eles não queriam 'feministas' fazendo qualquer trabalho para a conscientização das mulheres (SARDENBERG, et al., 1999; SARDENBERG, 2000).

Ora, se a construção do conceito de gênero é um avanço epistemológico nas teorias feministas, e a adoção do enfoque de gênero é, de fato, uma conquista feminista no plano das políticas de desenvolvimento - que implica em trabalhar no sentido do empoderamento das mulheres - não há contradição, ou pelo menos, não deveria haver, entre 'fazer gênero' e 'fazer feminismo'. Ao contrário, a adoção do enfoque de gênero representaria o reconhecimento da legitimidade das demandas feministas e, portanto, não se poderia contrapor uma coisa a outra. Lamentavelmente, porém, não é o que acontece no Brasil, ou mesmo na América Latina como um todo. Sonia Alvarez nos fala de um problema semelhante detectado nas atitudes de agentes do Governo da Colômbia. Como um deles lhe confidenciou: 'Agora as coisas mudaram, não é mais o feminismo radical dos anos 1970, agora temos políticas com perspectivas de gênero' (2004, p.:132). O mais sério é que não se trata apenas de uma atitude por parte desses agentes, mas também de pessoas que se dizem '*gender experts*', capacitadas como técnicas ou gestoras, conforme se constata nas palavras da diretora

de uma importante ONG no Chile: ‘Nosso trabalho é o mais técnico possível... há muito trabalho para ser feito no aspecto operacional de gênero’ (em ALVAREZ, 2004, p.132).

#### d. *Gênero invisibilizando as mulheres*

No Brasil, seja procurando chegar a essa ‘tecnicidade apolítica’, ou quem sabe tentando se mostrar ‘politicamente corretos’, órgãos governamentais, sindicatos, ONGs, e quem mais, passaram a utilizar o termo ‘gênero’, indiscriminadamente, mesmo quando o termo mais adequado seria ‘sexo’ (como em estatísticas demográficas) ou, mais comumente, ‘mulher’ ou ‘mulheres’. De fato, programas de ações afirmativas voltados para mulheres, vem se tornando ‘ações afirmativas de gênero’ (sem dizer qual), e políticas públicas que deveriam ser explicitamente para mulheres, agora são ‘políticas de gênero’ (também, sem explicitar qual deles), tornando as mulheres novamente invisíveis (COSTA, 1998; COSTA; SARDENBERG, 1994). Esse procedimento também tem sido marcante no caso de sindicatos, que acabaram com seus ‘departamentos femininos’, para falar de ‘departamento de gênero’, ou como no caso do Movimento dos Sem Terra (MST), que agora tem um ‘Setor de Gênero’. Frente a tudo isso, não posso deixar de concordar com as sábias observações de Grau, Olea y Pérez: “Cuando los Estados, sindicatos, etc, absorben y resignifican los discursos feministas, tenemos que cuidarnos cada vez más para no pasar a hablar solamente desde adentro del nuevo discurso hegemónico sobre ‘género’” (apud ALVAREZ, 1998, p.279).

### **De volta a ‘mulheres’?**

Em conclusão, vale a pena lembrar que a crítica feminista da perspectiva de “Mulher e Desenvolvimento” tem questionado, tanto a noção hegemônica de desenvolvimento, quanto o uso de ‘mulher’ como uma categoria universal, portanto, essencialista (JACKSON; PEARSON, 1998). No entanto, não resta dúvida de que na luta por direitos, por políticas e por uma representação política mais equânime, em geral, temos que fazer uma ‘política identitária’, como a própria Judith Butler, uma das principais defensoras da desconstrução da categoria ‘mulheres’, bem admite:

“No feminismo, parece que existe uma necessidade política de se falar como e por *mulheres*, e eu não contestaria essa necessidade. Por certo, essa é a forma em que a política representacional funciona e, neste país, esforços lobistas são virtualmente impossíveis sem recurso a uma política identitária. Portanto, concordamos em que protestos, esforços legislativos e movimentos radicais devem fazer demandas em nome das mulheres” (BUTLER, 1995, p.:49, minha tradução, grifos da autora).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> “Within feminism, it seems as if there is some political necessity to speak as and for *women*, and I would not contest that necessity. Surely, that is the way in which representational politics operates, and in this country, lobbying efforts are virtually impossible without recourse to identity politics. So we agree that demonstrations and legislative efforts and radical movements need to make claims in the name of women” (1995,p.:49).

Seguindo nessa mesma linha de argumento, Nancy Fraser também concorda que é necessário “fazer demandas em nome das mulheres”– mesmo quando “a categoria ‘mulheres’, construída por meio dessas demandas, esteja sujeita a contínuas desconstruções” (FRASER, 1995, p.69).

Por outro lado, o uso da categoria gênero, apesar de todos os problemas aqui delineados, permanece central para os estudos feministas. Mas devemos nos alertar para o fato de que, a despeito de nossas repetidas tentativas de ‘refinar’ o conceito de gênero, e independente de nossa luta constante para politizá-lo trazendo a questão das relações de poder para o primeiro plano, migrações do conceito, com as respectivas ‘traduções’ decorrentes, serão sempre ‘perigosas’, no sentido de, por assim dizer, ‘descafeinar’ gênero, ou seja, tirar-lhe toda energia, incorrendo em algum tipo de “corrupção do significado que lutamos por afirmar” (SCOTT, 2001).

De fato, me parece que, conforme nos apontam Sarah Radcliffe et alli (2004), não importa o que façamos nessa direção, sempre surgirão muitas tensões entre a crítica feminista das estruturas sociais e os usos mais ‘utilitários’ de ‘gênero’ em políticas públicas, no planejamento e em programas de desenvolvimento. Isso me faz lembrar as sábias palavras de Humpty Dumpty para Alice, em *Through the Looking Glass* de Lewis Carroll:

- “– Quando *eu* uso uma palavra, – Humpty Dumpty disse com certo desprezo – ela significa o que eu quiser que ela signifique... Nem mais nem menos.
- A questão é – disse Alice – se você *pode* fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.
- A questão é – disse Humpty Dumpty – quem será o chefe... E eis tudo.”<sup>12</sup>

## Referências Bibliográficas

Alcoff, L. (1994) ‘Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory’, in N. Tuana and R. Tong (eds), *Feminism and Philosophy: Essential Readings in Theory, Reinterpretation and Application* (Boulder, CO: Westview Press).

Alvarez, S. E. (2004) ‘Advocating Feminism. The Latin American Feminist NGO “Boom”’, in L. Ricciutelli, A. Miles and M. H. McFadden (eds), *Feminist Politics. Activism & Vision: Local and Global Challenges* (Toronto and London: Inana and Zed Books), pp. 122–48.

— (1998) ‘Feminismos Latinoamericanos’, *Revista de Estudos Feministas*, no. 2: 265–84.

Bahovec, E. D. and C. Hemmings (2004) ‘Teaching Travelling Concepts in Europe’, *Feminist Theory*, Vol. 5, no. 3: 333–42.

Barrett, M. (1992) ‘Words and Things: Materialism and Method in Contemporary Feminist Analysis’, in M. Barrett and A. Phillips (eds), *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates* (Stanford, CA: Stanford University

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.arquivors.com/lcarroll1.htm>. Acessado em: 20/10/2012.

Press), pp. 201–19.

Barrett, M. and A. Phillips (1992) 'Introduction', in M. Barrett and A. Phillips (eds), *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates* (Stanford, CA: Stanford University Press).

Benhabib, J., J. Butler, D. Cornell, N. Fraser and L. Nicholson (1995) *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (New York: Routledge).

Butler, J. (1995) 'Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism', in S. Benhabib, J. Butler, D. Cornell, N. Fraser and L. Nicholson, *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (New York: Routledge), pp. 35–58.

Camurça, S. and T. Gouveia (2000) *O que é gênero* (Recife: Cadernos SOS Corpo).

Celiberti, L. (1996) 'Reflexiones acerca de la perspectiva de género en las experiencias de educación no formal com mujeres', in T. Büttner (ed.), *Hacia una Pedagogia de Género. Experiencias y Concpetos Innovativas* (Bonn: Centro de Educación, Ciencia y Documentación).

Clifford, J. (1989) 'Notes on Travel and Theory', in J. Clifford and V. Dhareshwar (eds), 'Traveling Theories, Traveling Theorists', *Inscriptions*, Vol. 5: 177–88.

Cornell, D. (1995) 'What is Ethical Feminism?', in S. Benhabib, J. Butler, D. Cornell, N. Fraser, L. Nicholson, *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (New York: Routledge), pp. 75–106.

Costa, A. A. and Sardenberg, C. M. B. (1994) 'Teoria e praxis feministas nas ciências e na academia: Os núcleos da mulher nas Universidades Brasileiras', *Revista Estudos Feministas* (Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ), special issue: Anais do Simpósio Internacional, Formação, Pesquisa e Edição Feministas nas Universidades.

Costa, C. de Lima (2002) 'O sujeito no feminismo: revisitando os debates', *Cadernos Pagu*, Vol. 19: 59–90.

— (2000) 'As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução', *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, no. 2: 43–8.

Costa, C. de Lima (1998) 'O tráfico do Gênero', *Cadernos Pagu*, Vol. 11: 127–40.  
— (1994) 'O leito do procusto: Gênero, linguagem e as teorias feministas', *Cadernos Pagu*, Vol. 2: 141–74.

COSTA, Claudia de Lima. *O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas*. In *CADERNOS PAGU*, vol. 2, 1994. p.141-174.

de Lauretis, T. (1994) 'A Tecnologia do Gênero', in H. Buarque de Hollanda (ed.), *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura* (Rio de Janeiro: Rocco), pp. 206–42.

Durham, E. (1986) 'A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas', in R. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Ferrand, M. (1988) 'Reflexões metodológicas sobre uma abordagem em termos de relações sociais de sexo', paper presented at the GT Mulher na Força de Trabalho, 13o. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

Flax, J. (1990) *Thinking Fragments. Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West* (Berkeley, CA: University of California Press).

Fraser, N. (1995) 'Pragmatism, Feminism, and the Linguistic Turn', in L. Nicholson (ed.), *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (New York: Routledge).

Haraway, D. (1991) 'Gender for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word', in D. Haraway, *Simians, Cyborgs, and Women* (New York: Routledge).

Heilborn, M. L. (1992) 'Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil', in A. O. Costa and C. Bruschini (eds), *Uma Questão de Gênero* (Rio de Janeiro and São Paulo: Rosa dos Tempos and Fund. Carlos Chagas), pp. 93–126.

— (1991) 'Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica', in A. M. Brasileiro (ed.), *Mulher e Políticas Públicas* (Rio de Janeiro: IBAM/ UNICEF).

Hillis Miller, J. (1996), 'Border Crossings: Translating Theory', in S. Budick and W. Iser (eds), *The Translatability of Cultures: Figurations of the Space Between* (Stanford, CA: Stanford University Press) pp. 207–339.

Jackson, C. and R. Pearson (eds) (1998) *Feminist Visions of Development* (New York: Routledge).

Kabeer, N. (1994) *Reversed Realities. Gender Hierarchies in Development Thought* (London: Verso).

Kofes, S. (1993) 'Categorias analítica e empírica: gênero e mulher; disjunções, conjunções e mediações', *Caderno Pagu*, Vol. 1, no. 1.

- Lamas, M. (1996) 'Usos, Dificultades y Posibilidades de l Categoría "Género" ', in M. Lamas (ed.), *El Género: La Construcción Cultural de la Diferencia Sexual*, (México, DF: Ç PUEG/UNAM), pp. 327–66.
- Nicholson, L. (2000) 'Interpretando o gênero', *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, no. 2: 9–41.
- Niranjana, Tejaswini (1992). *Siing Translation: History, Pos-structuralism, and the Colonial Subject*. Berkeley: University of California Press.
- Oakley, A. (1972) *Sex, Gender and Society* (New York: Harper and Row).
- Oudshoorn, N. (1994) *Beyond the Natural Body. An Archeology of Sex Hormones* (London and New York: Routledge).
- Piscitelli, A. (2002) 'Re-criando a (categoria) mulher?', in L. M. Algranti (ed.), *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero. Textos Didáticos*, no. 48, November (Campinas: IFCH/UNICAMP).
- Prá, J. R. and M. J. Carvalho (2004) 'Feminismos, políticas de gênero e novas institucionalidades', *Revista Labrys* (Brasília, DF: UNB), available at <[www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem)>, accessed 20 November 2005.
- Radcliffe, S., N. Laurie and R. Andolina (2004) 'The Transnationalization of Gender and Remaining Andean Indigenous Development', *Signs*, Vol. 29, no. 2: 387–420.
- Razavi, S. and C. Miller (1995) *From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse* (Geneva: UNRISD).
- Saffioti, H. (2008). "A Ontogênese do Gênero". IN: STEVENS, Cristina Maria Teixeira e SWAIN, Tânia Navarro. *A construção dos corpos – Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Saffioti, H. (1992) 'Rearticulando Gênero e Classe', in A. O. Costa and C. Bruschini (eds), *Uma Questão de Gênero* (Rio de Janeiro and São Paulo: Rosa dos Tempos and Fund. Carlos Chagas), pp. 183–215.
- Sardenberg, C. M. B. (2004) 'Estudos Feministas: Um Esboço Crítico', in C. Gurgel (ed.), *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*, pp. 17–40, (Salvador: REDOR-NEGIF).
- (2002a) 'A Mulher e a Cultura da Eterna Juventude: Reflexões Teóricas e Pessoais de uma Feminista Cinqüentona', in E. Rosendo and S. L. Ferreira (eds), *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea* (Salvador: NEIMUFBA).
- (2002b) 'Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?' in A. A. Costa and C. M. B. Sardenberg, *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (Salvador:

NEIM/UFBA:REDOR).

— (2000) 'Introducing Gender Sensitizing to Elementary School Teachers in Rural Bahia, Brazil', in P. Theherani-Kröner, M. Schmitt and U. Hoffmann-Altman (eds), *Knowledge, Education and Extension for Women in Rural Areas* (Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin), pp. 46–54.

Sardenberg, C. M. B. and A. A. A. Costa (1994) 'Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais', in M. Brandão and M. Clara Binghmer (eds), *Mulher e Relações de Gênero* (São Paulo: Ed. Loyola), pp. 81–114.

Sardenberg, C., A. A. Costa and E. Passos (1999), 'Rural Development in Brazil: Are we Practising Feminism or Gender?', *Gender and Development*, Vol. 7, no. 3: 28–38.

— (1998) 'Análise Crítica do Pró-Gavião na Perspectiva de Gênero', CAR/SEPLANTEC, internal document.

Scott, J. (2001) 'Millenium Fantasies: The Future of "Gender" in the 21st Century', in C. Honegger and C. Ani (eds), *Gender – die Tuchken einer Kategorie* (Zurich: Chronos), pp. 19–37.

— (1988) *Gender and the Politics of History* (New York: Columbia University Press).

Simião, D. S. (2002) 'As coisas for a do lugar. Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda', in C. Buarque (ed.), *Perspectivas de Gênero: Debates e Questões para as ONGS* (Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes NOVIB/SOS Corpo, Gênero e Cidadania), pp. 80–93.

Souza-Lobo, E. (1991) *A Classe Operária tem dois sexos* (São Paulo, Brasiliense: SMC), pp. 47–62.

Stoller, R. (1968) *Sex and Gender* (New York: Science House).

Thayer, M. (2001) 'Transnational Feminism: Reading Joan Scott in the Brazilian sertão', *Ethnography*, Vol. 2, no. 2 (June) 243–72.

Valente, V. V. (2003), 'Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina', ponencia presentada en el panel internacional titulado 'Presupuestos nacionales para la equidad', Quito, available at <[www.unifemandina.org/docu.html](http://www.unifemandina.org/docu.html)>, accessed 10 May 2003.